

Escola pública ou particular?

EURIDES BRITO DA SILVA

Mais uma vez, no ramerrão dos problemas educacionais brasileiros, volta aos meios de comunicação de massa o velho problema: escola pública ou particular? Depois de ter virado caso de polícia, de Justiça, de fiscalização por órgãos dedicados a abastecimento e preços, a escola no Brasil vai ficando cada vez mais combatida, cada vez menos eficiente, cada vez mais distante da vida. Dado o adeus a muitos sonhos de fazer dela uma instituição que enriqueça a vida dos que a frequentam, parece que as expectativas hoje, em grande parte, se resumem a uma simples escola de ler, escrever e contar. E, assim mesmo, nem essas modestas competências em muitos casos ela consegue alcançar. De um lado, temos a massa de jovens subeducados, incompletamente alfabetizados, despreparados quanto à leitura, à escrita, às operações matemáticas e a uma série de coisas importantes da vida que a escola nem menciona no seu turno, às vezes de duas horas, entrecortado por mísera merenda. De outro lado, temos a escola-de quem pode pagar e que, apesar disso mantendo-se as exceções, com frequência desconhece o que vem a ser educação. Limitam-se a ser casas em que os alunos, desde o maternal, são adestrados, tendo em vista o fim último do vestibular. Enquanto os jovens se debatem com dúvidas e angústias sobre a vida familiar, as drogas, a escolha profissional, tratam apenas de recheiar de conteúdo os seus alunos. Quanto maior a quantidade de tarefas para casa, quanto maior o número de livros para ler, maior a suposta aura de respeitabilidade.

Como vemos, grande parte da educação brasileira está equivocada.

É especialista em dar tiro fora do alvo, em se desgastar com perfumaria, em eleger como prioritários os problemas errados. Afinal, é difícil e doloroso ir ao centro da ferida, enquanto é a curto prazo mais fácil andar à sua volta. Uma questão simples e clara é a velha dualidade entre escola pública e escola particular. Nos parâmetros fixados pela Constituição, a saída é clara e a temos repetido, primeiro na prática, como secretária de Educação do Distrito Federal por seis anos, e também através da palavra, através de livros e deste jornal: é preciso oferecer uma escola pública para todos, com elevado nível de qualidade. Esta é a função da escola pública: atender a toda a sua clientela elegível da maneira mais competente e equitativa possível. Por toda a clientela, queremos dizer que seu atendimento deve, como meta, ser igualmente bom para o filho do mais modesto trabalhador sem qualificação, como ao filho da mais alta autoridade da República. Se possível, sob o mesmo teto, se a organização do espaço o permitisse. Feito isso, a escola deixa de ser um caso de polícia e torna-se uma questão educacional como deve ser, porque a escola particular constituirá uma legítima opção para quem quiser cursá-la. E o Poder Público poderá exigir dessa escola privada o mesmo padrão de qualidade que as suas instituições apresentam, em obediência, aliás, ao preceito constitucional.

Para isso, no entanto, não podemos contar apenas com pomadas para a ferida, mas com bisturi. Outros países mais modestos que o nosso em termos de desenvolvimento econômico já conseguiram resolver esses problemas. Nós, no entanto, como provam os relatórios de órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o

Banco Mundial, ganhamos taças e medalhas do campeonato às avessas: estamos entre os piores quanto à distribuição de renda; estamos entre os que, nesta faixa de desenvolvimento, menos aplicam no ensino fundamental; estamos entre os horríveis da América Latina quanto à reprovação, repetência e evasão. Gastamos pouco, gastamos mal e — sinal dos tempos —, ao contrário da carta constitucional de outros países, a nossa trata de uma verdade acadiana: que a educação deve obedecer a um padrão de qualidade. Que saibamos, as demais dizem que a educação é obrigatória para todos em certa faixa de idade e se depreende que não será uma educação ruim. Aqui precisamos resguardar cuidadosamente a qualidade, já que a realidade passa muito longe dela.

Assim, com recursos, com vontade e com vergonha na cara, este país precisa partir dos alicerces e construir uma escola pública, decente e democrática, para todos os cidadãos em idade de frequentá-la. Uma escola que ensine e eduque, atendendo às necessidades da sua clientela. Com isso, tudo o mais virá por acréscimo. Morrerá o analfabetismo, elevar-se-ão os padrões de saúde e bem-estar no que depende da escolaridade, aumentará o número de jovens no ensino médio, estes mesmos jovens estarão mais aptos para trabalhar, o vestibular será menos dramático (porque haverá mais competência desde cedo) e o ensino superior terá melhores alunos e melhores graduados. E a escola particular deixará de ser o “bode expiatório” das mazelas da educação brasileira como vem acontecendo hoje. Será pedir muito?

■ Eurides Brito da Silva, ex-secretária de Educação e Cultura do DF, é professora da Universidade de Brasília